

Partidos não chegam a acordo sobre anistia

Lula Marques

Das Sucursais

ANC P 21

As negociações em torno das emendas que anistiam a correção monetária aplicada aos empréstimos obtidos durante a vigência do Plano Cruzado pelos pequenos e microempresários urbanos e pequenos produtores rurais prosseguem hoje, às 9h30, na liderança do PMDB no Congresso, em Brasília. Ontem, dois autores de emendas, deputado Humberto Souto (PFL-MG) e senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), se reuniram durante mais de três horas, a partir das 15h, com líderes partidários, sem que se chegasse a um consenso.

“Está difícil um acordo, a abrangência da propostas é muito grande”, disse, ao final da reunião o petista José Genoíno (SP). O único consenso, segundo ele, é quanto à necessidade de se privilegiar os microempresários urbanos e os pequenos produtores rurais. “Mas mesmo aí, nós, da esquerda (PT, PCB, PC do B, PSB) queremos que o devedor, além de pequeno produtor, comprove também ser pequeno proprietário de terras, pois pode um latifundiário ter produzindo pouco neste período”, diz Genoíno. Segundo o líder interino do PMDB no Congresso constituinte, Nelson Jobim (RS), a tendência é uma votação em bloco.

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), disse ontem que o presidente José Sarney respeitará a decisão do Congresso constituinte, embora seja contrário a qualquer tipo de anistia da correção monetária aplicada aos empréstimos obtidos durante a vigência do Plano

Cruzado. Lourenço —que participou de uma reunião de Sarney com seus líderes no Palácio da Alvorada— disse que para o presidente “este assunto é da exclusiva competência” do Congresso constituinte.

Sarney reafirmou, segundo Lourenço, que o governo não pode antecipar-se a uma possível decisão do Congresso constituinte de anistiar as dívidas dos empresários “porque não tem capacidade financeira”. Além de Lourenço, participaram da reunião os líderes deputado Carlos Sant’Anna, e os senadores Saldanha Derzi (PMDB-MS) e Marcondes Gadelha (PFL-PB). Este afirmou que o governo não apresentará nenhuma contraproposta às emendas em discussão pelo Congresso constituinte.

Revisão de contratos

O presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, disse ontem que se a anistia às dívidas de microempresários e pequenos agricultores for aprovada “do jeito que está” pelo Congresso constituinte, o banco terá de rever 2 milhões de contratos, com um prejuízo de Cz\$ 850 bilhões, calculado em valores de dezembro do ano passado. O prejuízo é mais de duas vezes superior ao patrimônio líquido do banco, estimado por Berard em Cz\$ 370 bilhões durante um debate em Curitiba (PR).

A não-aprovação da anistia da correção monetária criará “um impasse de proporções alarmantes” no Rio Grande do Sul, segundo o presidente da Fecotrigo (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja), Terciso Redin.



O senador Mansueto de Lavor, autor da emenda da anistia, no plenário ontem